



Anais da Assembleia

Nº 92

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 09 DE AGOSTO DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 135ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 1977

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e David Federmann.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Erondy Silvério, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Alfredo Gulin.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

EM VOTAÇÃO 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no.

181/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 36/77, ex-Proposição no. 275/77, aprova o termo de convênio e respectivo termo aditivo, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com interveniência das entidades ali nominadas, objetivando regular aplicação de recursos aos de Treinamento de Executivos, conforme específica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.A.I.C., por unanimidade. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 09, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA :

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 181/77.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição número 409/77.

Levanta-se a sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 136ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 1977

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Paulo Camargo e David Federmann.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes

Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Erondy Silvério, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Alfredo Gulin.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM 89/77

Curitiba, 03 de agosto de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 30 de junho de 1977, entre o Governo do Estado e o Município de MOREIRA SALLES, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 90/77

Curitiba, 03 de agosto de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de 30 de junho de 1977, ao convênio celebrado em 20 de abril de 1977, entre o Governo do Estado e o Município de ARARUNA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 91/77

Curitiba, 03 de agosto de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 30 de junho de 1977, entre o Governo do Estado e o Município de MARILUZ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob os números 108, 110, 111, 112, 117, 118, 119, 120, 121, 1221, 123, 124, 125, 126, 127 e 128/77, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nos:

49/77: Encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao art. 1o. ao inciso 1o. do art. 2o., ao CAPUT do art. 3o. e aos parágrafos 1o. e 2o. do art. 5o. da Lei no. 6568, de 24-06-76. (Participação do Estado do Paraná no Plano Nacional de Habitação) PLANHAP. — **Agradeça-se.**

156/75 Do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, que cria no Município de Telêmaco Borba, o Distrito Administrativo de Imbaú, com divisas constantes da Lei Municipal nº 58, de 16 de agosto de 1966, o qual convertido em Lei tomou o no. 6.889 — **Agradeça-se.**

60/77: Do Sr. Deputado David Federmann, que declara de utilidade pública o Montepio dos Servidores Públicos do Brasil com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, o qual convertido em Lei tomou o no. 6890. — **Agradeça-se.**

33/77: Do Sr. Deputado Ivan Santos Rüppel, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Municipais de Andirá, com sede e foro na cidade de Andirá, o qual convertido em Lei tomou o no. 6891. — **Agradeça-se.**

05/77: Do Sr. Deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública a obra da Assistência Social Nossa Senhora do Rosário, com sede na cidade de Floresta, município do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o no. 6893. — **Agradeça-se.**

Agradeça-se.

11/77: Do Sr. Deputado David Federmann, que declara de utilidade pública a "Creche Lar Feliz", com sede na cidade de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o no. 6894. — **Agradeça-se.**

44/77: Do Sr. Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a Associação Social Nossa Senhora da Aparecida de Turvo, com sede e foro no Distrito de Turvo, Município de Guarapuava, o qual convertido em Lei tomou o no. 6895. — **Agradeça-se.**

37/77: Do Sr. Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a "Aliança Cristã e Missionária", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o no. 6896. — **Agradeça-se.**

Agradeça-se.

50/77: Do Sr. Deputado José Antônio Del Ciel, que declara de utilidade pública o Departamento de Assistência Social "CARITAS", com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o no. 6897. — **Agradeça-se.**

06/77: Do Sr. Deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escola Santo Antônio, com sede em Ubatatã, o qual convertido em Lei tomou o no. 6898. — **Agradeça-se.**

20/77: Do Sr. Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública o Recanto da Juventude "Branca Fernandes", da

cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o no. 6899. — **Agradeça-se.**

19/77: Do Sr. Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública a Fundação de Desenvolvimento Social da Cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o no. 6900. — **Agradeça-se.**

42/77: Do Sr. Deputado Jurandir Messias, que denomina "Ivan Ferreira do Amaral e Silva" a Rodovia que liga os Municípios de Guarapuava a Pitanga, o qual convertido em Lei tomou o no. 6901. — **Agradeça-se.**

41/77: Do Sr. Deputado Jurandir Messias, que autoriza o Poder Executivo denominar "Ponte Leônicio Gomes Primo", a ponte sobre o Rio Cantú, na estrada que liga os Municípios de Plamital e Roncador, o qual convertido em Lei tomou o no. 6902. — **Agradeça-se.**

48/77: Do Sr. Deputado Augusto Oliveira Carneiro, que dá nova Redação ao art. 1o. da Lei no. 6015, de 30 de setembro de 1969, o qual convertido em Lei tomou o no. 6903. — **Agradeça-se.**

35/77: Do Sr. Deputado Luiz A. de Oliveira, que denomina "Professor Almir Nelson de Almeida", o Ginásio de Desportos Tarumã, desta Capital, o qual convertido em Lei tomou o no. 6904. — **Agradeça-se.**

REQUERIMENTOS:**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja consignado voto de grande pesar pelo falecimento do jovem Eduardo Melani, filho de Paulo Melani, ocorrido ontem, em trágico acidente.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA: ;

De família pioneira, Paulo Melani, secretário municipal em várias administrações e seu comportamento na sociedade de Cascavel, tem merecido o reconhecimento de várias gerações.

A perda de um filho, que vinha recebendo a educação e a formação exemplar como a de Paulo Melani e esposa, realmente deixa uma frustração no meio cascavelense.

Esse golpe transtornante sensibiliza a juventude e todas as famílias que com esta convivem.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A "Gazeta do Povo", um dos mais tradicionais órgãos da imprensa paranaense, desde a última sexta-feira, vem publicando uma nova coluna informativa, da mais alta qualidade, denominada "Posto de Escuta", sob a responsabilidade de um dos mais conceituados jornalistas do país, o Sr. Murilo Mello Filho, e, semanalmente, desde há muito, figurando nas páginas da revista Manchete.

Enriquece-se ainda mais esse jornal, quer pelo volume de novas notícias, quer pela seriedade que as norteia, como também pelo prestígio de quem as assina. E, decorrentemente, enriquece, também, o leitor curitibano e paranaense, que passa a contar com novas e melhores oportunidades de acesso aos acontecimentos verificados na terra brasileira.

Ao lado de outros colonistas, daqui e de outros centros, que com suas capacidades e talentos, já conferiram a esse jornal uma posição de destaque no cenário informativo paranaense e brasileiro, a presença, agora, do jornalista Murilo Mello Filho, reafirma o trabalho e o esforço de a "Gazeta do Povo", em acompanhar o desenvolvimento do setor, objetivando atingir os mais salutaros objetivos de um órgão informativo.

Murilo Mello Filho é, desde há muito, reconhecido como um dos mais informados homens de imprensa, e tem toda a sua

vida voltada para essa atividade.

Está vinculado hoje a diversos jornais e várias revistas que se editam no Brasil, sendo, atualmente, Diretor Executivo das Empresas Bloch, onde iniciou como "free lancer", criando e mantendo até agora, na revista Manchete, a seção "Posto de Escuta", lida e acatada por todos. Profissionalmente, teve passagens pelos jornais "Tribuna da Imprensa", "Jornal do Comércio", "O Estado de São Paulo", entre outros, e apresenta um dos mais ricos currículos, onde figura o fato de ter percorrido, praticamente, o mundo inteiro em missões especiais na busca de notícias, onde se contam as coberturas às viagens dos Presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, João Goulart e Emílio Médici, ao exterior, onde fez, igualmente, reportagens internacionais de acontecimentos de mais alta importância.

É detentor de algumas condecorações, entre elas, as Medalhas de Tamandaré e Santos Dumont, e a Comenda da Ordem Rio Branco, conferida pelo Itamaraty.

É autor de três livros: "O Modelo Brasileiro", prefaciado pelo Ministro Mário Henrique Simonsen; "O Milagre Brasileiro", com prefácio do Ministro Delfin Neto, e, o "Desafio Brasileiro", apresentado pelo Ministro Reis Velloso, com o qual obteve o prêmio "Alfred Jurzykeski", como o "Melhor Ensaio do Ano".

Pela importância do jornalista e suas informações, e pelo relevo do fato para os leitores de nossa terra, não poderia passar sem registro o acontecimento, razão porque o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer ouvida a Casa, seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, voto de efusivas congratulações com o jornal "Gazeta do Povo", por passar a publicar a coluna "Posto de Escuta", sob a responsabilidade do jornalista Murilo Mello Filho.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1977.

(a) ENÉAS FÁRIA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, mui respeitosamente requer, seja consignado em ata, nesta Casa, um voto de louvor ao Senhor ARION N. RODA, Titular da Delegacia de Estrangeiros, que acaba de se afastar das referidas funções, em virtude da mesma haver sido transferida para a Polícia Federal, pelos relevantes serviços prestados pelo mesmo, à frente da citada instituição. Voto este extensivo aos demais funcionários do dito órgão.

Requer outrossim, que nestes termos, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, Gal. ALCINDO PEREIRA GONÇALVES.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, o envio de expedientes ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário dos Transportes, reivindicando a execução de obras de pavimentação partindo da Rodovia Parigot de Souza, para atingir ponte já existente sobre o rio Paranapanema, atravessando o Município de Santana do Itararé, na sua divisa com o município paulista de Itaporanga. Requer ainda, que o Governo do Estado do Paraná, proponha ao Governo do Estado de São Paulo, a execução de obras de pavimentação do percurso de 9 quilômetros, que separa o município de Itaporanga da divisa com nosso Estado, no Município de Santana do Itararé.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1977.

(a) VALTER PIETRANGELO

JUSTIFICATIVAS:

Com população que ultrapassa a casa dos 20.000 habitantes, dos quais mais de três mil são eleitores, o Município de Santana do Itararé, participa, notavelmente, do desenvolvimento do Paraná, produzindo em suas terras, além do café, o feijão, o arroz, o milho, o algodão, a batata, o tomate, numa área de 269 km quadrados.

No entanto, para dinamizar e diversificar as bases de sua economia, carece fundamentalmente de melhores condições de intercomunicação viária para escoamento de suas produções e maior celeridade em suas negociações mercantis.

Tais objetivos serão atingidos se o Governo do Estado atentar seriamente para nossa presente proposição, que é calçada em velhas aspirações do contingente populacional da região.

Saliente-se que o Governo do Estado de São Paulo está empenhado na implantação de obras de pavimentação para interligar o Município de Itaporanga à Rodovia Raposo Tavares, numa distância de 45 quilômetros, dos quais 20 já foram concluídos.

Porisso, recorremos à sensatez dos responsáveis pela administração estadual, para que adotem as providências necessárias para a viabilização da execução de obras de asfaltamento do percurso de 40 quilômetros que permitirão a interligação de nossa Rodovia Parigot de Souza, partindo do ponto entre os Municípios de Siqueira Campos e Wenceslau Braz para, atravessando o Município de Santana do Itararé, atingir a ponte de concreto já existente sobre o rio Paranapanema e que é divisa com o Estado de São Paulo, através do Município de Itaporanga.

Acrescente-se que o atendimento à presente proposição, beneficiará diretamente os Municípios de São José da Boa Vista, Salto do Itararé, Siqueira Campos e Wenceslau Braz, além de dezenas de outras comunidades que terão melhores condições para atingir com segurança, os grandes centros paulistas.

Enfatizamos ainda, a necessidade de contatos entre o nosso Governo e o do Estado de São Paulo, no sentido de que o segundo dê continuidade às obras que estão sendo implantadas para ligar o Município de Itaporanga à Rodovia Raposo Tavares, objetivando a ligação desse município paulista, ao nosso de Santana do Itararé, separados apenas pela nossa divisa natural com aquele Estado, o Rio Paranapanema.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A História Universal nos conta que Napoleão Bonaparte, grande guerreiro, tinha, pelos juristas e pelos letrados, grande aversão, porque, dizia ele que esses homens, com suas idéias, sacudiam o mundo, defendiam os direitos dos homens. E ele, através da guerra, através da força, progredia, conquistando povos, conquistando terras.

Pretendia ele, e dizia, que era seu desejo atirar todos os letrados, todos os juristas, no Rio Sena.

Acontece que, em batalha que foi vencido e feito prisioneiro da esquadra inglesa, Napoleão Bonaparte ficou retido por vários dias. E foi aí, então, que naquela época em que quase ninguém se aventurava defender na Justiça um cidadão, porque punha em risco sua cabeça, que apareceu um jurista que, através de "habeas corpus", impetrado perante a Corte Inglesa, apressa a saída do navio no qual estava prisioneiro Napoleão Bonaparte, alegando que estava sendo constrangido e cerceado em seus direitos e que ele devia seja julgado de acordo com a Lei Inglesa.

Aí está, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um exemplo da História que perpassa no tempo e que, ontem, viveu o Brasil um

momento de emoção e que, ainda hoje, enche nossos corações de entusiasmo e de esperança.

É a "Carta aos Brasileiros", elaborada por juristas, por literatos brasileiros, pedindo a volta do estado de direito para o Brasil.

A "Folha do Estado de São Paulo", traz a "Carta aos Brasileiros", pedindo o estado de direito, em sua primeira página.

O jornal de nosso Estado, "O Estado do Paraná", na sua primeira página, diz "Juristas pedem estado de direito".

O jornal "Correio de Notícias", também do nosso Estado, traz "Pedida a volta do estado de direito", em sua primeira página, em manchetes.

A "Gazeta do Povo", jornal de nosso Estado, traz a seguinte manchete: "Juristas assinam a Carta aos Brasileiros".

O "Diário do Paraná":

Matou a filha e o marido.

Vice-Presidente cumpre a primeira visita do dia.

Paulinelli.

Canet Júnior.

Juristas lançam manifesto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Liberdade, igualdade e fraternidade deveriam ser as primeiras palavras a pronunciar pela pessoa humana. Deveriam ser os primeiros atos a ser defendidos pelo homem.

A imprensa, como fizeram muitos jornais em nosso Estado, a imprensa livre, a imprensa idealista, que quer uma Pátria livre, que quer homens livres, também deve dizer na primeira página em letras garrafais, OS DIREITOS HUMANOS SÃO PRINCÍPIOS UNIVERSAIS QUE DEVEM SER DEFENDIDOS A QUALQUER PREÇO.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Retrospectando as palavras do eminente Deputado Lineu Turra que falou sobre a figura histórica do Guerreiro de Córsega, de Napoleão Bonaparte, retrospectando ainda a sua análise sobre os dois jornais de maior circulação deste Estado, o "Estado do Paraná" e "Diário do Paraná", podemos deduzir o seguinte:

— Que nenhuma contestação haveremos de receber, porque é incontestável.

Se Napoleão ficou na História, ficou como homem que pela valentia e pela força se desdobrava e determinava que se vencessem os direitos do homem para que ficassem de pé.

Se estes jornais não publicam o que são manchetes, se deram aos jornais de grande circulação neste País no dia de hoje, deixa alguma coisa a provocar o sentimento de brasilidade, o sentimento de civismo, de defesa deste País.

E ontem, quando dissemos aqui que órgãos dignificados da imprensa do Paraná e deste País que servem a população de toda esta Nação, agiram pelo medo ou pela pressão econômica hoje se verifica o recebimento de nossa acusação, porque é preciso que se veja o que se diz, o que se pede, como divulga a "Folha de São Paulo" de hoje.

É lamentável que estes dois órgãos magistrálissimos da imprensa do Paraná não tenham dado, pelo menos, uma coluna de segunda página, mas com destaque ao que dizem os juristas deste País, em defesa da liberdade da Nação.

Não existe cultura sem independência, não existe riqueza sem dignidade, não existe sabedoria sem humildade, não existe imprensa ofuscada. O jornalista, é como o sacerdote e deve oficiar, a todo instante, a verdade, no altar da Pátria. Que não pensem as empresas jornalísticas do Paraná e principalmente os dois grandes jornais — O ESTADO e o DIÁRIO DO PARANÁ — que pretendemos dar lição de jornalismo. Apenas, como

parlamentar, como um dos representantes do povo do Paraná, não poderíamos calar neste instante, porque vemos que a violência do poder sobrepõe sobre os interesses da verdade.

Era isto, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa do meu Paraná.

Não desejamos nos tornar inoportunos e nem contraditórios, apenas, discordamos do pronunciamento do ilustre colega, da bancada oposicionista, nosso colega de Assembléia, ilustre seguidor de Pontes de Miranda, o extrovertido Deputado Lúcio Machado.

Quando falamos sobre a Nação Brasileira, quando falamos sobre juristas, quando falamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando falamos, povo do meu Paraná, os fins justificam os meios, talvez ilibados os Srs. juristas, dentro de um complexo de uma norma em que o Paraná e em que o Brasil, esta Nação tranqüila, muitas vezes o Governo Central sob a proteção e sob as mãos seguras do ilustre Presidente da República que não quer outra coisa a não ser o bem estar e a tranqüilidade de uma Nação, nós nos mostramos estarrecidos quando vemos o nosso regime, contestado; quando vemos Deputados a contestarem, a falarem e a julgarem, sem achar a fórmula milagrosa, a não ser a fórmula que temos na ARENA, que dá ao País, este mar de tranqüilidade em que corre este nosso querido Brasil. Há a tranqüilidade de nossos lares, há a tranqüilidade de nossos filhos, há a tranqüilidade de nossos amigos, muitas vezes com o sacrifício de nossos próprios ideais, ao vermos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nossos filhos irem às escolas e de lá voltarem, com o olhar tranqüilo, com aquele passo ingênuo que é peculiar à infância do nosso querido Brasil, aquelas crianças que olham para este Brasil hoje e, que, no concerto das nações é o País do futuro, é o País do porvir. É por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que muitas vezes nós temos que nos curvar sem procurarmos deturpar os fatos, e sem degenerar a autêntica democracia que levará o nosso País, a um porto seguro.

Estamos procurando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos procurando, brasileiros de minha terra, com o grande Governo Geisel e com o grande Governo Canet Júnior e com a estrutura arenista, levar este barco que é o Brasil a um porto seguro, para o mar da tranqüilidade.

Por isso é que neste instante, em meu nome pessoal, em nome do meu Partido é que fazemos um apelo, que dêem as mãos todos os brasileiros, para levarmos o País à tranqüilidade, para que seja, o nosso País, o espelho da paz, o espelho da prosperidade, o espelho de todo o Continente Americano, de todas as Nações que olham para o nosso País, que vivem num mar de intranqüilidade; que tenham como exemplo e espelho o Brasil, onde podemos subir numa tribuna para discordarmos de um Governo, discordarmos talvez do seu sistema econômico. Mas não podemos discordar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da boa intenção do Governo Central, que não quer outra coisa a não ser a paz e a tranqüilidade e o progresso desta gigantesca Nação. Queiram ou não os que trabalham contra o Brasil, aí estão os 100.000.000 de brasileiros a lutar por um Brasil tranqüilo, a lutar pelo preço da liberdade. E o preço da liberdade, é muito mais caro e muito mais justo e muito mais real do que o preço da liberdade econômica.

É o preço da liberdade social, é o preço dessa nossa liberdade, porque dizemos o que queremos e saímos tranqüilos, saímos tranqüilos, Sr. Presidente, nas ruas, e vemos o sorriso de nossos familiares, vemos o sorriso de nossos opositores. E, assim, muito obrigado Brasil, muito obrigado Presidente Geisel, continue firme, levando este Brasil para este mar de tranqüilidade e haveremos de dizer ao futuro, aos nossos filhos, aos

futuros elementos que irão progredir junto com esta Nação: muito obrigado Deus, porque Deus é brasileiro, porque Deus, em sua infinita bondade e misericórdia, deu o Presidente Geisel para o Brasil.

Queiram ou não os nossos adversários, haveremos de progredir com Jayme Canet Júnior, no Paraná, para um mar de tranquilidade, Sr. Presidente, para um mar de tranquilidade, Senhores Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Na nossa dupla atividade de hoje, Deputado, ontem, homem de televisão e hoje homem de rádio, nos nossos comentários que fazemos diariamente pela Rádio Independência, desta cidade, nós temos recebido centenas de cartas, a maioria delas, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, versando sobre os problemas do cotidiano, sobre as dificuldades que se abatem hoje sobre o povo brasileiro, porém do Paraná, aqueles que percebem até 3 salários mínimos, e os funcionários do Estado não são exceção. Eles também escrevem, também protestam, também reclamam, também apelam. E um dos apelos e uma das reclamações que nós temos recebido é também quanto ao IPE — Instituto de Previdência do Estado, não quanto ao atendimento, quanto à sua estrutura administrativa, que realmente é boa, porque à frente daquele Instituto está um homem que tem vivência no trato da coisa pública. Mas, reclamam, por exemplo, contra a cobrança, por parte do IPE, dos exames complementares de laboratório. E eu procurei, diversas vezes, entendimentos com o Sr. Superintendente do IPE, mas, ele respondeu-me que a lei determina a cobrança. Portanto, Sr. Presidente, neste instante, estamos submetendo à consideração da Casa, um projeto de lei que altera a redação do parágrafo único do art. 39 da Lei no. 4766, de 13 de novembro de 1963, que passa a vigorar com a seguinte redação. (Lê):

Projeto de Lei no. 107/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A ;

Art. 1o. — O parágrafo único do artigo 39, da Lei no. 4766, de 13 de novembro de 1963, passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único — Serão cobrados pelos medicamentos e material de prótese dentária, fornecidos pelo IPE, o preço de custo, acrescido de uma taxa destinada a cobrir despesas administrativas, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 2o. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA ;

Visa o presente plano de lei abolir o pagamento, por parte dos associados do Instituto de Previdência do Estado, das taxas incidentes sobre os exames complementares, em face dos poucos recursos da maioria que necessita daquele serviço.

Ao IPE, pouco ou quase nada significa aquela arrecadação, em contra-posição ao sacrifício que a grande maioria de seus associados fará para arcar com a aludida responsabilidade, proporcionando a isenção, desta forma, a um maior número em inestimável e imprescindível benefício, ao qual muitos não têm acesso por falta de recursos financeiros, por menor que estes sejam.

Aliás, assim procedendo, estará o IPE dando cumprimento às suas finalidades e ao dispositivo constitucional que determina deva o Estado proporcionar aos seus funcionários e suas famílias o bem estar e o aperfeiçoamento físico, bem como programa de assistência médico-dentária e hospitalar gratuito.

Assim, apresentamos à consideração de nossos Pares, o presente projeto de lei, esperando se lhe dê apoio e final aprovação”.

Isto quer dizer que nós suprimimos o direito que tinha o IPE de cobrar pelos exames complementares, em face dos poucos recursos da maioria que necessita daqueles serviços. Eu acho que é um projeto de lei que terá, não há a menor sombra de dúvida, o apoio da Casa e, espero, também, que o Sr. Líder do Governo, nesta Casa, procure levar ao Sr. Governador o drama que vive o funcionário de até 3 salários mínimos. É aspiração dessa gente que, às vezes, não pode, realmente, pagar um exame de laboratório, por mais barato que seja. Tenho a certeza que na argumentação do nosso eminente líder, irá sensibilizar o Sr. Governador do Estado, que não vetará o nosso projeto de lei.

Mas, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, a apresentação desse projeto de lei e outras preocupações que tenho levado à consideração da Casa, reforçam o meu entendimento de que vejo este Parlamento, como uma casa onde se discutem os assuntos de interesse comunitário, tendo por objetivo, unicamente, o bem comum e por diapasão os debates, a expressão cultural do povo aqui representado. Jamais subi a esta tribuna, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, nestas condições para polemizar em torno de minha pessoa, minha representatividade, a autenticidade do meu mandato, ou a forma como ele se originou, como se efetiva.

Tão pouco, questioneei sobre tais circunstâncias dos Senhores, meus nobres Pares, porque sei que este colegiado, heterogêneo como a própria comunidade paranaense, sintetiza uma corporação onde os confrontos são a própria essência da autenticidade.

A experiência me diz e, esta experiência se traduz em 20 anos de vida pública. Eu não sou um penetra, não adentrei nesta Casa, pela porta dos fundos; como Vereador mais votado de Curitiba em todas as vezes que participei de eleições municipais; cinco vezes Presidente da Câmara Municipal da Capital e Prefeito interino por três vezes, uma das quais, durante 90 dias; como Deputado Estadual em dois mandatos, como 1o. Secretário e Presidente desta Casa, como Líder do Partido da maioria e do Governo, diz-me esta bagagem que hoje ocupo a tribuna, não um suplente, como maldosamente se disse aqui, na última quinta-feira. Nem um empolgado com o retorno, me perdoe a ausência que, aliás, é costumeira, do nobre Deputado Adalberto Daros. Mas, eu não voltei a esta Casa empolgado, mas, voltei como um humilde representante do povo que sempre primou pela defesa dos interesses coletivos.

Vimos à tribuna, Sr. Presidente, na última quinta-feira, para trazer à Casa esclarecimentos sobre assuntos de relevância para a administração versando sobre a elevação das tarifas de água, e a construção da Avenida das Torres. E, na abordagem desse último tema, fomos forçados a abordar, a contragosto, a contradita afirmação do Sr. Deputado Lúcio Machado, que levantou a hipótese de que uma das maiores obras viárias de Curitiba, da história de Curitiba, tenha sido conduzida de forma a beneficiar um estabelecimento industrial, precisamente do genitor do Presidente da Arena do Paraná. A leviandade da afirmativa, Sr. Presidente, para quem acompanhou a gestação dessa trabalhosa obra, para quem vive os interesses de Curitiba, há vinte anos, envolvido sempre, diretamente, com a administração pública, não poderia ser deixada em branco.

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já darei o aparte a V. Exa. no final de minha oração, com todo o prazer. Tanto pela agressão ao excelente Prefeito que hoje tem Curitiba, como ao empresário, insolitamente envolvido em fantasia, mais especialmente, pela agressão à inteligência desta Casa, contestar meramente, dizendo que a obra não foi paralisada porque os interesses do tal industrial já estavam satisfeitos, seria manter o mesmo

nível de inteligência de quem levantou a absurda hipótese.

Reagir, para o restabelecimento da verdade, foi portanto uma ação de respeito a esta Casa, que merece ser abastecida de informações corretas para não se contaminar pela ficção folclórica que assola os parlamentos brasileiros depois do fenômeno eleitoral de 1974, quando um Partido Político foi prestigiado por uma avalanche de votos, motivado pelo descontentamento do povo brasileiro, pela situação econômica do País, mas infelizmente, este Partido não dispunha à altura, para todos os cargos, de elementos que pudessem realmente para produzir o programa deste grande Partido, que é o MDB.

O Sr. Enéas Faria — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — No final, darei o aparte a V. Exa.

Ao contrário do que aqui se afirmou, a Avenida das Torres — aspiração da cidade — como única opção, da ligação Norte - Sul é uma batalha de vinte anos. Desde o meu primeiro mandato de vereador venho lutando para consegui-la, para ajudar a administração pública municipal consegui-la.

Porém, reconheço que foi a garra, a determinação, o desejo de realizar algo pela sua cidade, do Prefeito Saul Raiz, que tornou possível a sua realização. O Prefeito conseguiu no peito e na coragem que o Presidente Geisel determinasse a liberação de vinte e oito milhões de cruzeiros para a primeira etapa da obra — Avenida Capanema até a rua João Prosdócimo, conseguindo, ainda, que a responsabilidade da construção do Viaduto sobre a BR-116, ficasse a cargo do D.N.E.R.

Agora o Governador Canet Júnior — conseguiu aprovar a continuação da Avenida das Torres — até o Viduato da Estrada de Ferro já nos limites do município de São José dos Pinhais — com a verba do I.B.T.U. cujas obras — serão reiniciadas ainda no corrente ano.

Prestados estes esclarecimentos, vão me perdoar os nobres Srs. Deputados, porque eu quero registrar uma definição de pensamento e de atuação que me foi cobrada pelo Deputado Benedito Lúcio Machado e seu digno companheiro de bancada Adalberto Daros. Eu não costumo me referir a Deputados na sua ausência. Mas como essa ausência, repito, é costumeira nesta Casa, não vou esperar até que o Deputado venha para responder os disparates que ele falou.

Eu não pretendo esclarecer a ambos, dignos um do outro, mas a esta Instituição, a esta Casa a que pertenço, que respeito e a que eu me orgulho de pertencer.

Disse também que o diapasão que afina os debates é expressão cultural do povo representado.

Mas o povo não é inconsequente. Nem covarde. Nem falseia. Por isso, qualquer ação desta natureza, cometida aqui dentro, significa uma traição de seu autor à comunidade."

Eu não gostaria, nobre Deputado, de usar essa palavra que trouxe realmente muita polêmica. "Mas significa uma traição de seu autor à comunidade, e deve ser rebatida, mesmo que seja necessário descer bastante — e é difícil descer o suficiente para chegar a algumas inteligências e não incorrerem em erros.

Quem vem aqui dizer o que quer, fundamentado em pobreza de espírito, sede de notoriedade, e pouca imaginação para encontrar assuntos realmente importantes, deve, no mínimo, ouvir o que não quer.

Esta minha definição de pensamento, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, sempre que minha atuação nesta Casa seja agredida, eu reagirei em defesa do que considero o respeito que esta Casa e a inteligência dos seus membros merecem.

É muito confortável dizer; como eu ouvi: "Não, não responda a fulano ou beltrano. Ele é assim mesmo, dele não se pode esperar outra coisa, responder é dar cartaz, é dar resposta a quem não merece, é dar pé de galinha para engrossar canja sem sal."

Não! Eu vou reagir sempre.

Quanto à definição de atuação, quero esclarecer o seguinte: — Especialmente ao nobre e digno Deputado Adalberto

Daros. O comentarista de televisão e rádio não mudou sua posição em relação aos problemas coletivos, nem arreglou com ninguém. Continua fiel ao povo — que eu vejo amargurado nesta quadra difícil da vida nacional. As proposições que apresentei no curto espaço do meu retorno a esta Casa, provam isso e provam as minhas afirmações. Senão, vejamos: Eu protestei e encaminhei apelo à nossa bancada no Congresso Nacional — contra a pretensão do Sr. Ministro da Previdência Social, em alterando a Lei da Previdência Social, criando o Serviço Nacional de Saúde, cobrar consultas médicas do INPS. Protestei também contra as elevadas tarifas de água cobradas em Curitiba e a cobrança indevida cobrada da SANEPAR, da cota de previdência, encaminhando, neste sentido pedido de informação à autoridade competente. Preocupe-me com o excessivo número de acidentes de trabalho, denunciados por um Relatório do INPS, acidentes ocorridos em Curitiba, especialmente na sua Cidade Industrial. E solicitei a gentileza do Prefeito, que a isto não está obrigado, de prestar informações a esta Casa, da veracidade ou não, daquela denúncia do INPS.

Requeri, ainda ontem, o comparecimento do Secretário de Administração a esta Casa — preocupado que, as modificações que ele pretende fazer no Centro Médico — possam trazer a sua descaracterização. Cobrei também do Sr. Governador do Estado os benefícios da contagem recíproca aos servidores — o que não é favor — mas direito. Votarei, embora contrariando minha bancada a este eminente e grande líder, que é o Deputado Luiz Roberto Soares, votarei favoravelmente à emenda Accioly Neto, que visa corrigir gritante injustiça aos advogados do Estado.

Pergunto eu, então ao povo: Estou ou não desempenhando o meu Mandato com dignidade? Eu pergunto àqueles que me acusam ou que me acusaram na última quinta-feira — estarão fazendo o mesmo?

Pelo menos nos programas do TRE antes das eleições de 1974, eu os vi fazendo juras de amor ao povo e de lá, até hoje o que fizeram? Omissão completa dos problemas coletivos. Pelo menos nestes quarenta dias que aqui estou, nada vi de importante nestes dois Deputados que me acusaram tão rudemente na última quinta-feira.

Um até quase nem comparece às sessões embora para isso esteja sendo pago pelo povo sofrido do Paraná.

Quando ao nobre Deputado Lúcio Machado, que ainda acredito um homem de bem e realmente preocupado com os problemas coletivos, considero um homem humano em certos aspectos. Inicialmente, quero dizer que não o caracterizei como covarde inicialmente, na minha oração de quinta-feira.

Disse, e ainda estão as notas taquigráficas para confirmar. Que considerava o seu ato de agressão ao funcionalismo indefeso desta Casa, como um ato de covardia, isto não é considerá-lo covarde, mas aquele ato sim, foi de uma covardia gritante. Porque o funcionário não pode protestar, não tem voz ativa, não pode gritar, não pode defender-se. Aqui, a minha resposta ao nobre Deputado Benedito Lúcio Machado:

Meu caro Deputado, eu não tenho amo, quem tem amo é lacaio, V. Exa. sabe disso, e isso eu não sou; ninguém se atreve nesta Casa a me chamar de lacaio. Porque eu nunca fui, nunca serei e já dei provas neste Parlamento da minha independência de atitudes.

Se V. Exa. considera coerência como ato subjetivo de laicismo, V. Exa. precisa mudar seu pensamento.

Ter amizade pessoal pelo ex-Governador Paulo Pimentel, ser coerente comigo mesmo, porque fui líder do seu governo nesta Casa, considero postura adequada a um homem público.

E não seria hoje que ele está na rua da amargura, que ele está sofrendo na carne, medidas que eu posso não considerar justas, mas que não me compete aqui analisá-las, que iria abandoná-lo.

Isso não quer dizer que eu esteja jungido, amarrado,

atrelado ao carro do Sr. Paulo Pimentel.

Não sou homem de grupos, sou homem do povo que me paga para estar aqui, defendendo, bem ou mal, as suas aspirações.

Agora, quem nada representa ou não está aqui, ou se aqui está é parição anormal, engendrada nas eleições de 1974, onde infelizmente viu a política brasileira surgir em fonte, jorrando rico, mas desnecessário folclore humorístico.

Defini pela imprensa que não sou subordinado a grupismos, não me alinho exceto sob a sigla partidária da ARENA. Nada devo a ninguém salvo ao eleitorado e meus concidadãos, somente perante a quem devo e presto satisfações.

Entendo que em representação todos os membros desta Casa são iguais, independentemente do número de votos que tenham recebido e da região donde se originam.

O único diferencial que possa existir entre nós é o mérito de atuação, o interesse público maior ou menor. Do contrário estaríamos divididos em castas numéricas, medindo quantidades quando o importante são qualidades.

Realmente sou um suplente que retorna a esta Casa. Mas um suplente com mais votos do que determinados deputados que aqui têm assento.

Acho que devo este esclarecimento de atuação à Casa, para que não estranhe intemperanças verbais possíveis, presentes e futuras, que podem parecer deslocadas para quem tem em tão alta conta este parlamento e seu papel.

Ouvi, na quinta-feira, a pecha de mal-educado. Então porisso estou prevenindo, para que não se estranhe, amanhã, no futuro, intemperanças verbais. Porque quando eu receber um pisão no pé, dou uma canelada. Isto não tem dúvida. Se eu definir doravante como covardia uma crítica inconseqüente a alguém, ou o ataque a funcionários indefesos, não estarei cometendo perjúrio.

Porque perjúrio diz-se da quebra de um juramento legal, e de mim não foi cobrado, e jamais jurei calar perante a covardia e a inconseqüência.

Aliás, sendo o perjúrio um ilícito, e sendo acusado de cometer sem culpa, estarei sendo vítima de outro crime definido como injúria. E a legítima defesa da injúria é outra injúria.

Espero, entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a bem da ordem dos trabalhos e dos sucessos das nossas atribuições, que não me seja oferecida a oportunidade de novos choques verbais, mantendo-se como sempre pretendi manter, elevados os níveis dos debates, quer com os Senhores Deputados da ARENA como com os Senhores Deputados da Oposição, que eu muito respeito e a quem muito deve o povo brasileiro, e quiçá paranaense. Se não fora esta oposição valente, o povo sentir-se-ia desprotegido nesta Casa de Leis.

Respeito e comungo em diversos pontos com a Oposição, não só brasileira, como paranaense, porque eu já disse aqui nesta Casa: Que eu quero o bem do povo, eu quero o bem do meu País, do meu Estado, como também o quer a nobre bancada do MDB. Por isso eu respeito, não só meus companheiros da ARENA, como também do MDB. Que eu espero, nunca mais voltar a ter choques verbais dessa natureza.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Benedito Lúcio Machado.

O Sr. Lúcio Machado — Muito obrigado, nobre Deputado Erondy Silvério.

Apenas, data vênua, para fazer pequenos reparos, em seu belíssimo pronunciamento e antecipar, acima de tudo o nosso respeito e admiração pela vossa atuação como homem público, em diversas áreas da vida pública da Capital.

Este reparo, inicialmente, deve aceitar V. Exa. como a expressão da mais alta verdade e que poderá ser conferido pelas notas taquigráficas. Eu não disse que a obra foi feita para grupos da ARENA, com referência à Avenida que liga a Capital do Estado à cidade de São José dos Pinhais. Mas sim mencionei

que a obra está paralisada em frente àquela empresa que pertence ao grupo político mencionado.

Outro reparo, nobre Deputado, o glossário ditado por V. Exa., recebido como conselho de seus Pares e de sua bancada, como se quisesse indicá-lo a não me contestar, me responder, não me é novidade. Porque nesses dois anos, eu tenho visto aqui, na sua bancada, expressão própria de manifestação de cultura, — e nele, nenhuma cultura eu vi. Vi a prova da falta de cultura de seus conselheiros. É a expressão do glossário que eles lhe ofereceram, como conceituação e aconselhamento para que não me respondesse. Mas eu devo deixar claro a V. Exa., com todo o respeito, que sou homem afeto aos debates. Porque me primo pela verdade e pela justiça. Se não tenho um cultura elevada, não me coloco e não aceito me sentar na posição de idiota. E esses seus Pares, nobres e cultos, ao invés de dar este glossário temeroso, que deem palavras mais respeitadas e acima de tudo de conceituação apoiada pela ética e pelo respeito de um Parlamento.

Concluindo, nobre Deputado, não abusando de seu aparte, quero dizer que nunca, em nenhuma oportunidade, acusei, nesta Casa, funcionários indefesos. Pelo contrário, aqui defendi, continuo defendendo e irei defender os honrados funcionários, os dignos prestadores de serviços a este Poder. Mas, hei de continuar denunciando e provarei, dentro de muito breve, com provas fundamentadas, que aqui existem funcionários desonestos, fantasmas que recebem deste Poder, sem prestar serviços, em detrimento da maioria que recebe vencimentos vexatórios que deprimem suas famílias pelas necessidades econômicas, porque são mal pagos, e estão aqui, diária e constantemente, prestando serviços a este Poder.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Permita-me interrompê-lo, nobre Deputado.

Espero que V. Exa., homem que reconheço de qualidades nobres e humanitárias, nos ajude a apelar à Comissão Executiva desta Casa que tem engavetado um projeto de resolução que reformula o Quadro dos Funcionários desta Casa, o novo plano de reclassificação, que o coloque em execução, porque, dessa forma as agruras dos funcionários que percebem vencimentos ínfimos, serão solucionadas.

Não vejo porquê esse projeto ainda se encontra engavetado, até hoje.

O Sr. Lúcio Machado — Exatamente, nobre Deputado, V. Exa. tem razão ao fazer, de público, essa afirmativa. Na verdade, não há razão, não há motivo para que permaneça esse projeto engavetado, enquanto o nosso funcionalismo vive em estado deprimente.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço e aproveito a oportunidade para dizer mais uma vez a V. Exa. que eu não quis caracterizá-lo como covarde, pessoalmente. Naquela oportunidade, caracterizei o ato que V. Exa. justificou agora, como ato de covardia. Mas, se V. Exa. interpretou como ofensa pessoal, peço escusas publicamente, não o conhecia anteriormente, não podia fazer um juízo dessa natureza de V. Exa.

Consulto o nobre Deputado Enéas Faria se deseja me apartear.

O Sr. Enéas Faria — Deputado Erondy Silvério, entendi, em determinado ponto de seu pronunciamento — quando solicitei aparte — que V. Exa. passaria a tratar da administração pública de Curitiba, ou então, estaria a analisar a vida partidária paranaense ou brasileira.

O pronunciamento de V. Exa. tomou outro rumo, outro caminho, V. Exa., em seu pronunciamento, faz um desabafo de foro íntimo, pessoal. Não desejo, portanto apartear-lo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Obrigado a V. Exa.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer. — **(Com revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem a

honra de anunciar, neste plenário, a presença do ex-Deputado e atual Prefeito Municipal de Guarapuava, Nivaldo Krüger.

No horário reservado à Liderança da ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por delegação honrosa do Líder de meu Partido e do Governo nesta Casa, Deputado Luiz Roberto Soares, a exemplo do que fez o ilustrado Deputado Enéas Faria, cabe também à bancada arenista saudar mais um evento de real importância na imprensa paranaense.

A partir de dias atrás, passa um dos mais tradicionais jornais do Paraná, a "Gazeta do Povo", a contar, nas suas páginas, com os comentários de um dos mais ilustres analistas políticos do Brasil, o eminente jornalista e escritor Murilo Melo Filho.

Murilo Melo Filho tem se revelado um excelente articulista na revista "Manchete", semanário que honra a imprensa nacional, tem se destacado como homem das letras ao escrever diversos livros sobre atualidade nacional.

E tem se caracterizado, sobretudo, como homem imparcial que traz ao conhecimento do povo através de revistas como a "Manchete" e como outras revistas do grupo Bloch, os assuntos mais palpitantes da vida nacional.

E a "Gazeta do Povo", jornal dos mais tradicionais da "Terra dos Pinheirais" mais uma vez inova na imprensa paranaense, ao contar, nas suas folhas, com os comentários de Murilo de Melo Filho.

Era este, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o relato que me cabia fazer ao aplaudir a decisão da "Gazeta do Povo" por incumbência do Líder da Aliança Renovadora Nacional nesta Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No horário destinado às lideranças, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos, Líder do MDB.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Infelizmente a excepcionalidade que campeia desvaireira neste País ao longo de treze anos, conseguiu poluir a vida nacional.

E é chegada a hora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que os homens responsáveis pelos destinos deste País coloquem as mãos na consciência e possam sentir as reações que nascem do espírito da nacionalidade para que reconduzam este País pacificamente, ordeiramente, ao seu verdadeiro destino, ao seu verdadeiro caminho que é o caminho da liberdade, que é o caminho da democracia. Democracia esta que faz parte intrínseca da formação e da consciência do povo brasileiro.

Por um dever de civismo, Sr. Presidente, mais uma vez venho à tribuna e desta vez para proceder à leitura da Carta ao Povo subscrita pelos mais eminentes juristas deste País, para que conste dos Anais desta Casa este documento histórico para que ela faça acervo para que um dia a História, ao examinar os nossos Anais, encontre aqui também transcrito este documento.

Tentarei, Sr. Presidente, proceder à leitura deste documento nos quinze minutos que me são reservados. Sei que será difícil neste tempo concluir esta leitura. Se não concluir, o farei na sessão de amanhã.

É esta a íntegra da Carta ao Povo publicada no jornal "Folha de São Paulo" no dia de hoje:

"Das arcadas do Largo de São Francisco, do "Território Livre" da Academia de Direito de São Paulo, dirigimos a todos os brasileiros esta Mensagem de Aniversário, que é a Proclamação de Princípios de nossas convicções políticas.

Como herdeiros do patrimônio recebido de nossos maiores, ao ensino do Sesquicentário dos Cursos Jurídicos do Brasil, queremos dar o testemunho para gerações futuras, de que os ideais do Estado de Direito apesar da conjuntura da hora presente, vivem e atuam, hoje como ontem, no espírito vigilan-

te da nacionalidade.

Queremos dizer, sobretudo aos moços, que nós aqui estamos e aqui permanecemos, decididos, como sempre, a lutar pelos direitos humanos contra a opressão de todas as ditaduras.

Nossa fidelidade de hoje aos princípios da democracia é a mesma que sempre existiu à sombra das arcadas, fidelidade indefectível e operante, que escreveu as páginas da liberdade, na História do Brasil.

Estamos certos de que esta carta exprime o pensamento comum de nossa imensa e poderosa família, da família formada durante 1 (um) século e meio, na Academia do Largo de São Francisco, na Faculdade de Direito de Olinda, em Recife, e nas outras grandes Faculdades de Direito do Brasil, família indestrutível espalhada por todos os rincões da Pátria e da qual já saíram, na vigência de Constituições Democráticas, 17 Presidentes da República.

Deixemos de lado o que não é essencial.

O que aqui diremos, não tem a pretensão de constituir novidade. Para evitar interpretações errôneas, nem sequer nos vamos referir a certas conquistas sociais do mundo moderno.

Deliberadamente, nada mais diremos do que aquilo que, de uma ou outra maneira vem sendo ensinado desde cedo, nos cursos normais das Faculdades de Direito. E não transporemos os limites do campo científico de nossa competência. Partimos de uma distinção necessária. Distinguimos entre o legal e o legítimo. Toda lei é legal, obviamente mas, nem toda lei é legítima. Sustentamos que só é legítima, a lei provinda de fonte legítima. Das leis, a fonte legítima primária é a comunidade a que as leis dizem respeito, é o povo ao qual elas interessam. Comunidade e povo, em cujo seio as idéias das leis germinam, como produtos naturais das exigências da vida.

Os dados sociais, as contingências históricas da coletividade, as contradições entre o dever teórico e o comportamento efetivo, a média das aspirações e das repulsas populares, dos anseios dominantes do povo, tudo isso em conjunto é que constitui o manancial donde brotam normas espontâneas de convivência, originais em tempo de ordenação. Às vezes, usos e costumes que irão inspirar a obra do legislador.

Das forças mesológicas, dos fatores reais imperantes à comunidade, é que emerge a alma dos mandamentos que o legislador, na forja parlamentar, modela em termos de lei legítima.

A fonte legítima secundária das leis é o próprio legislador, ou o conjunto de legisladores que se compõe os órgãos legislativos do Estado. Mas o legislador dos órgãos legislativos somente são fontes legítimas das leis, enquanto forem representantes autorizadas da comunidade, vozes oficiais do povo, que é a fonte primária das leis.

O único outorgante de poderes legislativos é o povo. Somente o povo tem competência para escolher seus representantes. Somente os representantes do povo são legisladores legítimos.

A escolha legítima dos legisladores só se pode fazer pelos processos fixados pelo povo em sua Lei Magna, por ele também elaborada, e que é a Constituição.

Consideramos ilegítimas as leis não nascidas no seio da coletividade, não confeccionadas em conformidade com os processos pré-fixados pelos representantes do povo, mas baixadas de cima, como carga descida na ponta de um cabo.

Afirmamos portanto, que há uma ordem jurídica legítima e uma ordem jurídica ilegítima. A ordem imposta vinda de cima para baixo, é a ordem ilegítima. Ela é ilegítima porque, e antes de mais nada, ilegítima é a sua origem.

Somente é legítima a ordem que nasce, que tem raízes, que brota da própria vida no seio do povo. Imposta, a ordem é violência.

Às vezes, em certos momentos de convulsão social apre-

senta-se como remédio de urgência. Mas, em regra, é medicação que não pode ser usada por tempo dilatado, porque acaba acarretando males piores do que os causados pela doença.

Estamos convictos de que há um senso leviano e um senso grave da ordem. O senso leviano da ordem é o dos que se supõem imbuídos da ciência do bem e do mal, conhecedores predestinados do que deve e do que não deve ser feito, proprietários absolutos da verdade, ditadores soberanos do comportamento humano.

O senso grave da ordem é o dos que abraçam os projetos resultantes do entrecho que livre das opiniões, das lutas fecundas entre idéias e tendências nas quais nenhuma autoridade se sobrepõe às Leis e ao Direito.

Ninguém se iluda. A ordem social justa não pode ser gerada pela pretensão de governantes prepotentes. A fonte genuína da ordem não é a Força, mas o Poder.

O Poder, a que nos referimos, não é o Poder da Força, mas um Poder de persuasão.

Sustentamos que o Poder Legítimo é o que se funda naquele senso grave da ordem, naqueles projetos de organização social, nascidos do embate das convicções e que passam a preponderar na coletividade e a ser aceitos pela consciência comum do Povo, como os melhores.

O Governo com o senso grave da ordem é um Governo cheio de Poder. Sua legitimidade reside no prestígio popular de quase todos os seus projetos. Sua autoridade se apoia no consenso da maioria.

Nisto é que está a razão da obediência voluntária do Povo aos Governos legítimos.

Denunciamos como ilegítimo, todo Governo fundado na Força. Legítimo, somente o é o Governo que for Órgão do Poder.

Ilegítimo é o Governo cheio de Força e vazio de Poder.

A nós nos repugna a teoria de que o Poder não é mais do que a Força. Para nossa consciência jurídica, o Poder é produto do consenso popular e a Força um mero instrumento do Governo.

Não negamos a utilidade de tal instrumento. Mas o que afirmamos é que a Força é somente útil na qualidade de meio, para assegurar o respeito pela ordem jurídica vigente e não para subvertê-la ou para impor reformas na Constituição.

A Força é um meio de que se utiliza o Governo fiel aos projetos do Povo. Desgraçadamente, também a utiliza o Governo infiel. O Governo fiel a utiliza a serviço do Poder. O Governo infiel, a serviço do arbítrio.

Reconhecemos que o Chefe do Governo é o mais alto funcionário nos quadros administrativos da Nação. Mas, negamos que ele seja o mais alto poder de um País. Acima dele, reina o Poder de uma Idéia: reina o Poder das convicções que inspiram as linhas mestras da Política Nacional. Reina o senso grave da Ordem, que se acha definido na Constituição.

3 — A soberania da Constituição e o Poder Constituinte.
"Proclamamos a soberania da Constituição.

Sustentamos que nenhum ato legislativo pode ser tido como a lei superior à Constituição.

Uma lei só é válida se a sua elaboração obedeceu aos preceitos constitucionais, que regulam o processo legislativo. Ela só é válida sem em seu mérito suas disposições não se opõem ao pensamento da Constituição.

Aliás, uma lei inconstitucional é lei precária e efêmera, porque só é lei enquanto sua inconstitucionalidade não for declarada pelo Poder Judiciário. Ela não é propriamente lei, mas apenas uma camuflagem da lei. No conflito entre ela e a Constituição, o que cumpre, propriamente, não é fazer prevalecer a Constituição, mas é dar pela nulidade da lei inconstitucional. Embora não seja razoável considerá-la inexistente, uma vez que a lei existe como objeto do julgamento que a declara inconstitucional, ela não tem, em verdade, a dignidade

de uma verdadeira lei.

Queremos consignar aqui um simples mas fundamental princípio. Da conformidade de todas as leis com o espírito e a letra da Constituição, dependem a unidade e coerência do sistema jurídico nacional.

Observamos que a Constituição também é uma lei. Mas, é a Lei Magna, o que, antes de tudo, a distingue nitidamente das outras leis é que sua elaboração e seu mérito não se submetem à disposição de nenhuma lei superior a ela. Aliás, não podemos admitir como legítima lei nenhuma que lhe seja superior. Entretanto, sendo lei, a Constituição há de ter, também, sua fonte legítima.

Afirmamos que a fonte legítima da Constituição é o Povo.

Costuma-se dizer que a Constituição é obra do Poder. Sim, a Constituição é obra do Poder Constituinte. Mas o que se há de acrescentar, imediatamente, é que o Poder Constituinte pertence ao Povo e, ao Povo somente.

Ao Povo é que compete tomar a decisão política fundamental, que irá determinar os lineamentos da paisagem jurídica em que deseja viver.

Assim como a validade das leis dependa da sua conformação com os preceitos da Constituição, a legitimidade da Constituição se avalia pela sua adequação às realidades sócio-culturais da comunidade para a qual ela é feita."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta informar a V. Exa. que o tempo de que V. Exa. dispunha, regimentalmente, se esgotou e lhe concede dois minutos para concluir.

O SR. TRAJANO BASTOS — Continuo, "Disto, também, é que decorre a competência do Povo para fazer a Declaração dos Direitos fundamentais, assim como para instituir as leis que os assegurem.

Em consequência, sustentamos que somente o Povo, por meio de seus Representantes, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte, têm competência para elaborar a Constituição; que somente o Povo tem competência para substituir a Constituição vigente por outra nos casos em que isto se faz necessário. Sustentamos, igualmente, que somente o Povo tem competência para substituir a Constituição vigente por outra, nos casos em que isto se faz necessário.

Sustentamos, igualmente, que só o Povo, por meio de seus representantes no Parlamento Nacional, têm competência para emendar a Constituição."

Agradeço, Sr. Presidente, o tempo além que V. Exa. me concedeu e, terminarei a leitura deste documento histórico, na sessão de amanhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência informa aos Srs. Deputados que por solicitação do eminente Deputado Paulo Camargo, do Sr. Deputado Maurício Fruet respectivamente, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Relator do Anteprojeto que capeia a Mensagem Governamental que visa a criação da MINEROPAR, estão convidados todos os Deputados, em especial, os Srs. Deputados membros da Comissão de Constituição e Justiça, para ouvirem a exposição a ser feita amanhã às 17 horas no auditório desta Casa, pelo Sr. Secretário de Indústria e Comércio, Dr. Luiz Gonzaga Pinto, sobre a MINEROPAR, seu programa, suas necessidades.

S. Exa. o Sr. Secretário aqui comparecerá, acompanhado de assessores, e de recursos áudio-visuais, que por certo haverão de permitir aos Srs. Deputados esclarecerem-se sobre a necessidade da criação e o sentido de atuação futura, da pretendida empresa MINEROPAR.

A Presidência deseja também alertar os Srs. Deputados, que anunciará ao final desta sessão, para a inclusão na Ordem do Dia, na sessão de amanhã, a EMENDA à Constituição Estadual apresentada pelo Sr. Deputado Accioly Neto. E mandou a Presidência que publicada em avulsos chegassem às mãos dos

Srs. Deputados, Emenda à Constituição Estadual, assinada pelo Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 97/76, de autoria do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Professor Ernani Simas Alves. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — **1º provado.**

O SR. ENÉAS FARIA (Pela ordem). Tão só para requerer de V. Exa., Sr. Presidente, a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Deferido. Vamos proceder a verificação de votação solicitada. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram se levantar. (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto, queiram se levantar.

21 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. — Não há quorum para deliberação.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 68/77, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Pato Branco, com sede na cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 68/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Pato Branco, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1977.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA ;

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando inestimáveis serviços à comunidade de Pato Branco. Dedicando-se ao trato do bem-estar e ajuda à criança excepcional, promove um trabalho desinteressado e dos mais relevantes à Sociedade. Seus objetivos transcendem ao atendimento direto, mantendo cooperação com entidades congêneres particulares e públicas, incentivando a criação dessas instituições, além de colher e fornecer subsídios para medidas legislativas no interesse dos excepcionais.

Sua diretoria não é remunerada e a entidade funciona há mais de um ano.

Justo que o poder público lhe outorgue o reconhecimento de utilidade pública, para que possa gozar dos benefícios legais decorrentes.

Esperamos contar com o apoio de nossos Pares a esta proposição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 68/77

De autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, tem por objetivo o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Pato Branco.

Sem dúvida, a entidade acima presta relevantes serviços à comunidade de Pato Branco, dedicando-se, desinteressadamente, ao problema dos excepcionais. Os membros da sua Diretoria não são remunerados, preenchendo, assim, os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Não vemos impedimento algum de ordem constitucional ou legal que possa obstar a sua declaração de utilidade pública.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 69/77, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, de Pato Branco, com sede na cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 69/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pato Branco, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1977.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA ;

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pato Branco foi fundada em 1968 e desde esta data vem prestando os mais relevantes serviços sociais à comunidade, de forma mais desinteressada. Amparando a criança e a mãe estende a sua assistência a toda a família quando necessário, proporcionando-lhe condições de vida sadia, física e moralmente.

Fundada em 1968, sua diretoria não é remunerada, preenchendo pois, os requisitos legais necessários para ser reconhecida como de utilidade pública.

Justo que o poder público lhe outorgue este título para que usufrua dos benefícios decorrentes e melhor prossiga em suas beneméritas atividades.

Esperamos contar com o apoio de nossos Pares a esta proposição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 69/77

De autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, o presente Projeto de Lei número 69/77, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pato Branco.

Anexo ao projeto se encontra fotocópia dos Estatutos da entidade, devidamente registrados, que comprovam estarem preenchidos os requisitos essenciais exigidos pela Legislação Federal e Estadual reguladora da matéria.

Analisando-se sob o aspecto legal e constitucional, temos que a entidade preenche os requisitos para o reconhecimento público, além do mais, pela justificativa apresentada pelo autor do projeto, a mesma vem prestando inestimáveis serviços à coletividade de Pato Branco.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO

Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Eduardo Melani. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Senhor Arion N. Roda, titular da Delegacia de Estrangeiros, em virtude da mesma haver sido transferida para a Polícia Federal, pelos relevantes serviços prestados pelo mesmo à frente da citada instituição, votos estes extensivos aos demais funcionários. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "Gazeta do Povo", por passar a publicar a coluna "Posto de Escuta", sob a responsabilidade do jornalista Murilo Mello Filho. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piêtrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, reivindicando a execução de obras da pavimentação partindo da Rodovia Parigot de Souza, para atingir a ponte já existente sobre o Rio Paranapanema, e requer ainda, que o Governo do Estado proponha ao Governo do Estado de São Paulo, a execução de obras de pavimentação que separa o município de Itaporanga da divisa com nosso Estado. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO 3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 97/76.

EM VOTAÇÃO 1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 68/77, 69/77.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 06/77.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 10/75, 205/77, 207/77, 210/77, 214/77, 215/77, 234/77, 235/77, 236/77, 237/77 e 238/77.

1ª DISCUSSÃO — da Proposição número 384/77.
Levanta-se a sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA NÚMERO 593/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7251, de 01 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário ORLANDO MORO, matrícula número 133, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sessenta (60) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 19 de julho de 1977, em prorrogação.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 594/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7237, de 01 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a pedido a Portaria número 351/76, de 18 de junho de 1976, que

autorizou CÉLIA DA SILVEIRA TAVARES, ocupante do cargo em Comissão de Assessor de Gabinete, símbolo 3-C, com lotação no Gabinete do Deputado Otássio Pereira da Silva, a prestar serviço extraordinário, a partir de 01 de setembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 595/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7286, de 01 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário SEBASTIÃO RODRIGUES DE OLIVEIRA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços no Gabinete do Deputado Fabiano Brage Cortes, no período compreendido entre 11 de julho a 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 596/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7415, de 02 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar a pedido a Portaria número 544/77, de 29 de junho de 1977, que designou o funcionário SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR, matrícula número 434, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Departamento de Finanças; e,
II — designar o funcionário acima mencionado, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Ivan Santos Rüppel, da Aliança Renovadora Nacional.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 597/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7457, de 02 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/77, da funcionária MYRTHES MAGDA GOMES, matrícula número 106, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 598/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7321, de 01 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário ENÉAS MANSUR, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços no Gabinete do Deputado Gabriel Manoel, no período compreendido entre 25 de julho a 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 599/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7289, de 01 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número

637/76, da funcionária JOANNA DE BIÁSSIO DA CUNHA, matrícula número 443, ocupante do cargo de nível PL"26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquígrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de agosto de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 600/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6611, de 05 de julho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar a funcionária ALÉLI DOS SANTOS, matrícula número 474, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Departamento Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 601/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6731, de 08 de julho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — designar o funcionário CLÓVIS FREITAS, matrícula número 173, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Francisco Escorsin, da Aliança Renovadora Nacional; e,

II — autorizar o funcionário acima mencionado, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 602/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7254, de 01 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, dos funcionários abaixo relacionados, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

MOYSÉS ABDALA GUIMARÃES — Mat. 316

LIDIA MUCHINSKI — Mat. 487

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de agosto de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 603/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7235, de 29 de julho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir as férias concedidas pela Portaria número 638/76, da funcionária Contratada deste Poder, DEISE XAVIER DEL CORSO, referente ao período de 1976/1977, para o período de 01 a 30 de outubro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 604/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7076, de 21 de julho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir as férias concedidas pela Portaria número 638/76, do funcionário Contratado deste Poder, HAMILTON GUERREIRO CARNEIRO, referente ao período de 1976/1977, para o período de 15 de outubro a 13 de novembro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral